

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

CARGA FISCAL SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO E PENSÕES NÃO DIMINUIU, A DESIGUALDADE CAUSADA POR UMA POLÍTICA FISCAL INJUSTA AUMENTOU, E JOÃO LEÃO JÁ VEIO DIZER QUE O GOVERNO NÃO VAI CUMPRIR A PROMESSA FEITA DE BAIXAR O IRS

Embora o nº 1 do art.º 104 da Constituição da República disponha que “O imposto sobre o rendimento pessoal (IRS) visa a diminuição das desigualdades e será único e progressivo, tendo em conta as necessidades e os rendimentos do agregado familiar”, o certo que depois foram aprovadas leis que desvirtuaram completamente o caráter unitário deste imposto, ao permitir que os titulares de determinadas categorias de rendimentos (*de Capital e de Propriedade*) possam autonomizar estes rendimentos pagando taxas de imposto mais baixas ou mesmo não pagando qualquer imposto como acontece com os dividendos recebidos por entidades com residência no estrangeiro mesmo pertencente a portugueses (Jerónimo Martins, família Amorim, etc.) embora esses rendimentos sejam produzidos no nosso país. E isto já para não referir o escândalo dos pensionistas estrangeiros ricos a residir em Portugal que não pagavam IRS (*nem aqui nem no seu país de origem*), e que só perante a pressão dos governos dos países de origem o governo português aprovou uma taxa máxima ridícula de 10% de IRS, que é só aplicável aos pensionistas futuros, muito mais baixa que os portugueses pagam, que continua a ser um escândalo contra a qual se tem insurgido os governos dos países nórdicos. Portugal é um paraíso fiscal para estrangeiros e empresas embora os seus defensores clamem que o país não é fiscalmente competitivo, mas é um “inferno” fiscal para os portugueses que têm de financiar escândalos como Novo Banco.

Como consequência deste desvirtuamento da norma constitucional são fundamentalmente os rendimentos dos trabalhadores e dos pensionistas portugueses que constituem a quase totalidade dos rendimentos englobados para efeito de IRS como revelam os dados da AT do quadro 1.

Quadro 1 - Rendimentos declarados para efeitos de englobamento sujeitos a IRS - Milhões €

Categorias de Rendimentos	2017 Milhões €	2018 Milhões €	2019 Milhões €	2017-% do Total	2018-% do Total	2019-% do Total
A - Trabalho	57 366	60 802	64 643	63,4%	63,7%	64,3%
H - Pensões	24 961	25 612	26 486	27,6%	26,8%	26,3%
SOMA (A + H)	82 327	86 414	91 128	91,0%	90,5%	90,6%
B-Rendimentos profissionais e empresariais	4 728	5 010	5 078	5,2%	5,2%	5,0%
E -Rendimentos de Capitais	161	226	300	0,2%	0,2%	0,3%
F - Rendimentos prediais	1 939	2 194	2 300	2,1%	2,3%	2,3%
G- Mais valias e indemnizações	1 275	1 672	1 756	1,4%	1,8%	1,7%
TOTAL:	90 430	95 517	100 562	100,0%	100,0%	100,0%

FONTE : AT - Ministério das Finanças

Mais de 90% de todos os rendimentos declarado e englobados para efeitos de IRS são rendimentos de trabalho (categoria A) e de pensões (categoria H). Os rendimentos de Capital e de Propriedade representam apenas uma ínfima parcela dos rendimentos declarados englobados para efeitos de sujeição a IRS (4,3%, quadro 1). Os rendimentos de trabalho e pensões foram muito penalizados com o enorme aumento de impostos feito pelo governo de Vitor Gaspar/Passos Coelho em 2013, que agora o governo António Costa/João Leão se recusa minimamente reverter como declarou o atual ministro das Finanças em recentes declarações ao semanário Expresso dando por não dito o prometido por governo. Mas assim se vê mais uma vez o que vale os compromissos dos governos.

A INJUSTIÇA FISCAL AUMENTOU ENORMEMENTE COM O GOVERNO PASSOS COELHO/PORTAS, E AGRAVAU-SE COM O GOVERNO ANTÓNIO COSTA/CENTENO, E JOÃO LEÃO JÁ DISSE QUE NÃO TENCIONA ALTERAR OS ESCALÕES DE IRS COMO TINHA PROMETIDO O ATUAL GOVERNO

O quadro 2, com dados da AT, mostra com clareza o que tem sido as consequências graves fundamentalmente para trabalhadores e pensionistas dos sucessivos governos a partir de 2012

Quadro 2 - IRS Liquidado por escalões de rendimento - Milhões €								
ESCALÕES DE RENDIMENTO-Euros	2012-M€	2013-M€	2015-M€	2018-M€	2019-M€	2012/2019	2012/2015	2015/2019
01 - [0 A 5.000 [21	110	99	130	161	666,8%	369,4%	63,4%
02 - [5.000 A 10.000 [80	205	163	148	147	83,9%	103,6%	-9,7%
03 - [10.000 A 13.500 [181	319	304	358	392	116,5%	68,0%	28,9%
04 - [13.500 A 19.000 [438	653	595	632	698	59,3%	35,9%	17,2%
05 - [19.000 A 27.500 [857	1 265	1 194	1 229	1 315	53,5%	39,4%	10,1%
06 - [27.500 A 32.500 [586	741	689	764	819	39,7%	17,6%	18,8%
07 - [32.500 A 40.000 [817	1 114	1 043	1 141	1 201	47,0%	27,6%	15,2%
08 - [40.000 A 50.000 [891	1 145	1 135	1 318	1 428	60,2%	27,4%	25,8%
09 - [50.000 A 100.000 [2 516	3 073	2 959	3 579	3 882	54,3%	17,6%	31,2%
10 - [100.000 A 250.000 [1 320	1 414	1 436	1 955	2 071	56,9%	8,8%	44,3%
11 - [250.000 A *** [495	450	471	746	825	66,6%	-4,9%	75,2%
TOTAL	8 202	10 489	10 088	11 998	12 939	57,8%	23,0%	28,3%

FONTE: AT - Estatísticas do Ministério das Finanças

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

Em 2013, o governo de Passos Coelho/Vitor Gaspar fez um enorme aumento de IRS (*reduziu o número de escalões de IRS de 8 para apenas 5, tornando assim o IRS muito menos progressivo em clara violação da Constituição da República, e aumentou significativamente as taxas de imposto nomeadamente as que incidem sobre os rendimentos mais baixos, tendo a taxa do escalão mais baixo subido de 11,5% para 14,5%, e a do escalão seguinte de 12,3% para 23,6%*). Como consequência, a receita de IRS aumentou num único ano (2012/2013) em 2.287 milhões € (+27,9%). Apesar das promessas do governo PS/Antonio Costa que iria reverter o agravamento da injustiça fiscal feita pelo governo PSD/CDS que incidiu fundamentalmente sobre os trabalhadores e pensionistas, o certo é que isso não aconteceu, e a receita de IRS não tem parado de crescer. Entre 2015 e 2019, como revelam os dados da AT do quadro 2, a receita de IRS aumentou com o governo de António Costa em 2.821 milhões € (+28,3%). E mesmo com a pandemia, e apesar da perda de rendimentos dos trabalhadores e do congelamento das pensões, a receita de IRS, entre 2019 e 2020, aumentou, segundo a Direção Geral do Orçamento (DGO), de 13171 milhões € para 13564 milhões €, enquanto a receita de IRC (empresas) diminuiu de 6.317 milhões € para 5.044 milhões €. E no OE-2021, está prevista uma receita de IRS de 13.420 milhões € fundamentalmente paga por trabalhadores e pensionistas, mas a de IRC é apenas de 5.134 milhões € de IRC pagos pelas empresas. E João Leão, ministro das Finanças do atual governo, já veio dizer em entrevista ao Expresso de 16/4/2021, que as mexidas nos escalões do IRS prometidas já no ano passado não vão acontecer no Orçamento para 2022. E que um imposto de solidariedade sobre os mais ricos para melhorar os apoios sociais aqueles que perderam o emprego e rendimentos e caíram na pobreza “não ajudaria nem era benéfico para o debate a questão do aumento de impostos. Iria criar instabilidade, incerteza e menor confiança”. E isto quando no maior país capitalista, os E.U.A., Biden já anunciou um imposto extraordinário sobre as maiores empresas que estão a lucrar com a pandemia para financiar as famílias e a economia. Enquanto diz isso, João Leão estrangula e destrói a Administração Pública com cativações e com adiamentos de despachos que impõe como obrigatórios mesmo para a realização de pequenas despesas em Institutos Públicos que não são financiados pelo Orçamento do Estado, como acontece na ADSE. É desta forma que procura reduzir o défice: destruindo.

O AGRAVAMENTO DA DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS EM PORTUGAL PATENTE ATÉ NOS RENDIMENTOS DECLARADOS PARA EFEITOS DE IRS QUE JOÃO LEÃO NÃO VÊ

O quadro 3, com os últimos dados divulgados pela Administração Fiscal (*os de 2019 só foram no fim de 2020*) com os rendimentos declarados para efeitos do IRS (*e como já referimos uma parcela importante não são englobados nem declarados para tal efeito*), revela um agravamento das desigualdades tanto com o governo de Passos Coelho/Portas como nos governos de António Costa/Centeno/João Leão não combatida com um IRS progressivo que o atual governo recusa implementar apesar de ter prometido.

Quadro 3 - Rendimento Bruto médio por agregado familiar por Escalões de Rendimento

ESCALOES DE RENDIMENTO	2011	2015	2017	2018	2019
01 - [0 A 5.000 [2 749 €	2 566 €	2 499 €	2 430 €	2 413 €
02 - [5.000 A 10.000 [7 522 €	7 515 €	7 688 €	7 787 €	7 871 €
03 - [10.000 A 13.500 [11 626 €	11 598 €	11 595 €	11 581 €	11 590 €
04 - [13.500 A 19.000 [15 993 €	15 990 €	16 006 €	16 006 €	16 019 €
05 - [19.000 A 27.500 [22 677 €	22 733 €	22 758 €	22 799 €	22 846 €
06 - [27.500 A 32.500 [35 607 €	29 833 €	29 825 €	29 844 €	29 837 €
07 - [32.500 A 40.000 [36 017 €	35 954 €	35 993 €	35 990 €	35 945 €
08 - [40.000 A 50.000 [44 489 €	44 461 €	44 551 €	44 556 €	44 536 €
09 - [50.000 A 100.000 [66 529 €	66 099 €	66 314 €	66 329 €	66 354 €
10 - [100.000 A 250.000 [134 846 €	133 877 €	135 305 €	135 743 €	135 425 €
11 - [250.000 A *** [428 432 €	447 162 €	446 294 €	443 989 €	455 745 €
TOTAL - Média todos os escalões	17 865 €	16 467 €	17 455 €	18 012 €	18 594 €
Nº vezes escalão 11(maior) superior escalão 01 (mais baixo)	156	174	179	183	189

FONTE: Autoridade Tributária - Ministério das Finanças

Como mostra o quadro 3, com dados da Administração Fiscal, o rendimento médio bruto declarado pelos contribuintes com rendimentos superiores a 250.000€ por ano era, **em 2011, 156 vezes superior** aos dos contribuintes com rendimentos brutos até 5000€/anos (os mais baixos), e no fim do governo PSD/CDS, **em 2015, essa diferença tinha aumentado para 174 vezes**. Com os governos do PS/António Costa essa desigualdade aumentou ainda mais. **Desde 2015 (último ano de governo PSD/CDS), o número vezes que o rendimento médio do escalão mais elevado (11) é superior ao do escalão mais baixo (01) aumentou de 174 vezes para 189 vezes, o que é um indicador claro do agravamento das desigualdades no nosso país**. E o ministro João Leão das Finanças do atual governo ainda diz que não vai mexer nem nos escalões de rendimento para aumentar a progressividade do IRS nem baixar a taxa de IRS que incide sobre os rendimentos mais baixos que sofreu um aumento enorme e injusto durante o governo Passos Coelho/Vitor Gaspar. O menos que se pode dizer que é uma atitude incompreensível e desumana em tempos de pandemia e de pobreza e é muito mau um governo não cumprir o que promete, descredibiliza-se. Os políticos deviam habituar-se a cumprir o que prometem. **Eugénio Rosa – edr2@netcabo.pt – 18-4-2021**